



Enfermagem toma as ruas de São Luís em grande carreata pelo Piso Salarial e 30h/semanais

O Sindsep/MA, Coren/MA, CUT/MA e demais entidades representativas dos trabalhadores, realizou na manhã de hoje, 12, uma grande carreata pelas ruas de São Luís, em alusão ao Dia Internacional da Enfermagem, Piso Salarial da Categoria e 30h/semanais.

O evento que teve sua concentração na Praça Maria Aragão, contou com uma boa participação dos trabalhadores da área da enfermagem, que após o ato que deu início ao evento, saíram em carreata pelos principais hospitais da cidade, culminando com o desfecho da mobilização em frente à Assembleia Legislativa do Maranhão (AL/MA).

A categoria com a ação visa pressionar para a aprovação do PL 3739/2020, do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), que estabelece a carga horária de 30 horas semanais e até seis horas diárias para os profissionais da Enfermagem; e do PL 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato, que tem como proposição a criação do Piso Salarial Nacional para a Enfermagem.

“O engajamento das entidades que representam a categoria foi fundamental para a mobilização dos trabalhadores. O evento foi um sucesso e trouxe para a população em geral a necessidade da valorização dos profissionais da saúde. É importante que os projetos do Piso Salarial e das 30h possam sejam aprovados, fazendo assim, justiça aos trabalhadores da enfermagem”, afirmou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Indicativo de Greve na Ebserh

Os trabalhadores da Ebserh em todo o Brasil entram em greve por tempo indeterminado a partir de amanhã, 13.

Aqui no Maranhão estão marcadas “movimentações” na entrada do Hospital Universitário da UFMA (HUUFMA), às 7, 13 e 19h.

O principal impasse está na proposta de redução do adicional de insalubridade da categoria, justo no momento em que os emprega-

dos públicos colocam suas próprias vidas em risco para atenderem as vítimas da Covid-19.

A categoria vem tentando de todas as maneiras contornar a situação e cobrando da empresa uma proposta que não ataque causas consideradas itens inegociáveis como é o caso das regras da insalubridade, definida como cláusula pétreia. A mudança pode impor uma redução de salários da categoria de até 27%. A empresa também insiste no reajuste zero para todas as cláusulas econômicas.

“As negociações exauriram todas as tentativas de um acordo entre a categoria e a empresa, e os trabalhadores decidiram por deflagrar o movimento grevista, para que assim, a Ebserh possa tomar uma providência com relação às pendências contidas no ACT 2019/2020”, informou Marcos Trovão, diretor de Comunicação do Sindsep/MA e membro da Mesa Nacional de Negociação Coletiva da Ebserh.

Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada "Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras", o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que "a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças".

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que "a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais".

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. "A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição

Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender", explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela "se aplica a todo o serviço público do país: à administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)".

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magis-

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil



CANCELA A REFORMA
Já!